

# A MARITIMIDADE DO MUNDO CHAMADO BRIC<sup>1</sup>

ALESSANDRO CORNELI

Professor

Tradução e adaptação: DORITA DIAS COUTO RIBEIRO

---

## SUMÁRIO

O mundo chamado Bric

O peso dos Bric

A maritimidade dos Bric

Os Bric no G8

## O MUNDO CHAMADO BRIC

“Um mundo chamado Bric” era o título de abertura do jornal *Il Sole 24ore* de 17 de junho passado, onde se lia a notícia do primeiro *summit* dos chefes de Estado e de Governo dos Bric (anacronismo indicativo de Brasil, Rússia, Índia e China), ocorrido em Ekaterimburgo, onde se ratificou o princípio segundo o qual o mundo tem necessidade de um sistema monetário menos dependente do dólar. Ainda que o comunica-

do final do vértice evitasse referência a uma nova avaliação de reserva global alternativa à moeda dos Estados Unidos da América (EUA), pedia-se o reconhecimento de um maior peso dos países emergentes no comando da economia mundial e um sistema “estável, previsível e mais diversificado”.

O inventor do anacronismo foi Jim O’Neill, chefe de Pesquisa Econômica do Goldman Sachs, que o utilizou em um estudo de 2001 intitulado “Sonhando com os Bric: o caminho daqui até 2050”. Nesse es-

---

1 N.R.: Artigo originalmente publicado na *Rivista Maritima* (Itália), julho/2009, p.7-13.

tudo, O'Neill previa que, até a metade deste século, os quatro países teriam superado a mais avançada economia; não imaginava, porém, que pudessem constituir um bloco político capaz de colocar em discussão a supremacia do dólar e o domínio dos países ocidentais nas grandes organizações internacionais, a começar pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O anúncio do primeiro encontro dos Bric aconteceu no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008, pelos presidentes do Brasil e da Rússia, Luiz Inácio Lula da Silva e Dmitri Medvedev, justificando-o com o objetivo de reforçar a cooperação mútua diante da crise financeira internacional, que havia explodido dois meses antes. Segundo palavras do presidente Lula, tal crise “é uma oportunidade para os países emergentes, responsáveis por 75% do crescimento econômico do mundo”. Parece evidente, por essas palavras, que os quatro países do Bric pretendem construir um polo não só econômico, mas também político, com ambição de exercer papel de guia e propulsor.

Não é novidade que, nos diversos períodos históricos, alguns países tenham assumido um papel dominante. Dois dos Bric, China e Índia, sobretudo nos anos 60 e 70 dos anos 1900, exerceram certa liderança no âmbito do numeroso grupo dos países não alinhados, que queriam se libe-

rar do domínio dos EUA e da União Soviética. Mas se naquele momento prevaleciam considerações políticas, com forte carga polêmica, no grupo dos Bric prevalecem os aspectos econômicos, para os quais a política exerce função de suporte, ao menos oficialmente. Os Bric não contestam o sistema capitalista e se encontram à vontade na sua mais recente evolução (a globalização), mas não pretendem pagar um preço em termos de subordinação política aos “velhos” países ocidentais, onde o capitalismo nasceu junto a fortes elementos de imperialismo/colonialismo.

## O PESO DOS BRIC

O “peso” atual dos Bric, sobretudo seu peso potencial, é facilmente visível nos dados macroscópicos da Tabela I, na qual se observa que sua superfície total é de um pouco mais de 25% do total das terras emersas, mas sua população representa mais de 40% da população mundial, estimada em 6.750.819.383 em janeiro de 2009. De sua conformação geográfica, apesar das dimensões continentais, observa-se sua particular “maritimidade”. Essa é uma característica dos EUA, situados entre dois oceanos, e da Índia, inserida no oceano que lhe dá o nome e separada do resto da Ásia pela Cadeia do Himalaia. O Brasil projeta-se na par-

TABELA 1

PAÍS	SUPERFÍCIE EM KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO	% 2009 SOBRE PIB MUNDIAL	PROXIMIDADE
BRASIL	8.514.876	195.000.000	2,3%	Atlântico
RÚSSIA	17.075.400	143.000.000	2,1%	Báltico, Ártico, Pacífico, Negro, Cáspio
ÍNDIA	3.287.594	1.150.000.000	2,2%	Índico
CHINA	9.596.960	1.340.000.000	8,8%	Pacífico
TOTAL BRIC	38.474.830	2.828.000.000	15,4%	–
EUA	9.372.614	305.000.000	19,1%	Atlântico, Pacífico
JAPÃO	372.824	128.000.000	6,1%	Pacífico

te meridional do Atlântico, e a China, pela proximidade do Pacífico e de uma série de outros mares internos, tende a renovar a tradição militar e marítima do século XV. A Rússia parece ser a mais sacrificada, mas, à parte sua reivindicação de ser uma potência no Pacífico, sobre o qual se aproxima, insiste em marcar presença nos mares setentrional e meridional (Negro e Cáspio). A globalização da economia e a especificidade dos transportes – de petróleo, gás e gêneros por meio dos cargueiros (navios-contêineres) – acentuam o papel das vias marítimas, cuja segurança reporta ao tempo das rotas das frotas espanhola, portuguesa, inglesa e holandesa, que serviam aos respectivos impérios comerciais (e políticos).

É um dado, de fato, que todos os países dos Bric atribuem particular importância às próprias frotas militares e mercantes, com um outro olhar às reivindicações de soberania sobre ilhas e arquipélagos.

Se o Japão não faz parte dos Bric, a sua integração no sistema econômico mundial pós-bélico constituiu, sob muitos aspectos, o ponto de referência desse grupo de países, com duas diferenças fundamentais: não há subordinação político-militar em relação a outro país (como é o caso japonês em relação aos EUA) e, sobretudo, não há – pelo menos por enquanto – o extraordinário peso do consumo interno na produção, ainda que nesse caminho eles se aproximem, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2

BALANÇA COMERCIAL 2007 – bilhão de dólares / RENDA *PER CAPITA* – dólares / DESPESAS COM DEFESA\* – bilhão de dólares

PAÍS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	DIFERENÇA	RPC	DESPESAS MILITARES
BRASIL	126,581	160,649	+ 34,068	6.938	20,0
RÚSSIA	223,059	355,177	+ 132,118	9.075	56,6
ÍNDIA	216,682	145,228	- 71,454	978	10,0
CHINA	955.845	1.217,939	+ 362,094	2.461	84,9
TOTAL BRIC	1.522,167	1.878,933	+ 356,826	–	171,5
EUA	2.016,978	1.163,183	+ 356,826	45.845	607,0
JAPÃO	620,967	712,839	+ 91,872	34.312	46,3

\* A título de comparação, sempre em bilhões de dólares: França – 65,7; Reino Unido – 65,3; Alemanha – 46,8; Itália – 40,6. As estimativas variam segundo a fonte de pesquisas.

O Japão é a única potência que até então havia desafiado o predomínio ocidental: o desafio foi conduzido em duas partes, em fins do século XIX e nos primeiros

quatro decênios e meio do século XX. A primeira, com sucesso contra a Rússia czarista; a segunda terminou tragicamente, contra os EUA. A verdadeira ascensão

da potência japonesa aconteceu após o insucesso no confronto, e ainda que sua economia atravessasse, por cerca de 15 anos, uma fase muito vagarosa, ocupa, ainda hoje, o segundo lugar na escala mundial. China e Índia, tendo assimilado numerosos aspectos da cultura ocidental, sobretudo o técnico e o econômico, produtivo e gerencial, orgulham-se de civismo autônomo antiquíssimo e original. A Rússia, por ser considerada uma potência ocidental, possui um componente asiático e, apesar da tendência a gravitar em direção à Europa ocidental, à qual fornece recursos energéticos, não renuncia à sua condição centro-asiática e extremo-oriental. Quanto ao Brasil, com sua cultura de origem lusitana, representa um experimento saído do *melting pot* e tende a se colocar como modelo de toda a América Latina, mesmo encontrando fortes concorrentes como o México e a Argentina.

Basta uma olhada nas numerosas previsões que foram feitas (final em 2025 ou 2050) sobre qual será a nova hierarquia entre as potências. Trata-se de previsões sugestivas e de fácil compreensão, mas também submetidas a numerosos elementos imprevisíveis. Por exemplo, em novembro passado, o americano *National Intelligence Council* publicou uma reportagem intitulada “Global Trends 2025 – A transformed world”, que, todavia, não levava em conta a crise econômica e financeira que explodira em setembro/outubro de 2008. Com base nesse relatório, a China ocuparia, em 2025, o segundo lugar entre as economias mundiais, depois dos EUA, enquanto os países dos Bric deveriam alcançar um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente àquele das atuais sete maiores potências industriais (G7). Entre 2040 e 2050, a China ascenderia ao topo como primeira potência “econômica mundial”. Mas o conceito de potência é complexo: industrial,

comercial, agrícola, científica, espacial e militar. Os dados reportados na última coluna da Tabela 2, relativos às despesas militares, registram um abismo entre a despesa mantida pelos EUA, que, grosso modo, corresponde a 40% de toda a despesa militar do mundo e é quase quatro vezes aquela dos Bric. Mesmo que este foco possa mudar, a distância, ainda assim, permanecerá grande no horizonte de 2050. Uma análise publicada pelo *Il Sole 24ore*, em 10 de julho, estima que o orçamento militar da Ásia, na sua totalidade, não alcançará aquele dos EUA antes de mais 72 anos. Quanto ao PIB *per capita* médio, serão necessários 75 anos para que o asiático médio possa alcançar a renda do americano médio, 47 para a China e 123 anos para a Índia.

## A MARITIMIDADE DOS BRIC

Todavia, dentro desses limites, não se pode deixar de destacar para uma especificidade dos Bric: sua propensão à maritimidade, que se traduz em um particular empenho sobre as marinhas militares.

A atual Marinha militar russa é a da Federação da Rússia, que sucedeu, em 1991, à Marinha militar da União Soviética. Sua principal missão é a de assegurar a ofensiva bélica graças aos submarinos nucleares e defender a costa de uma eventual invasão. Trata-se, portanto, de missões clássicas. A crise econômica que eclodiu em 1991 atingiu todas as forças armadas, inclusive a Marinha, com cancelamento de programas, demolição e vendas, em particular, à China e à Índia. No início dos anos 2000, graças a uma melhora da situação econômica, alguns programas foram retomados e alguns importantes exercícios foram efetuados. Em 2003, por exemplo, foram realizados exercícios com a Índia, no Oceano Índico, e com o Japão e a Coreia do Sul, no Pacífico, repetidos em 2004 e 2005. Enfim,

entre 2007 e o início de 2008, aconteceu a maior reorientação de forças efetuada pela Marinha em 15 anos, em direção ao Mediterrâneo e ao Atlântico Setentrional. Com isso, a Rússia ratificou sua vontade de estar presente em todos os mares.

Impressionante a vontade da China de conquistar sua posição de primeiro plano no campo marítimo. Simbolicamente, em 23 de abril de 2009, aconteceu a 1ª Festa da Marinha Militar Chinesa, em Qingdao, cidade na província de Shandong, por ocasião do 60º aniversário da fundação da Marinha Militar Chinesa (MMC). Nos últimos 20 anos, graças a maiores disponibilidades financeiras, todo o sistema militar chinês teve um forte impulso, sobretudo em termos de modernização tecnológica. A atenção dada à Marinha é uma constante na história da República a partir da sua fundação, em 1949. Graças aos progressos alcançados, seja por aquisição de embarcação produzida no exterior, seja pela capacidade conjunta de produção nacional, a MMC “mostrou a bandeira” em diversas ocasiões. Em dezembro de 1997, dois contratorpedeiros navegaram no Pacífico e visitaram pela primeira vez os EUA, México, Peru e Chile, além de completar a circunavegação do Pacífico. Em julho de 2000, um contratorpedeiro lança-mísseis, acompanhado de embarcação de escolta, atravessou pela primeira vez o Oceano Índico meridional, chegando até o Cabo da Boa Esperança, visitando a Tanzânia e o sul africano. E em agosto de 2001, visitou Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália pela primeira vez. Em maio de 2002, o Contratorpedeiro Lança-Mísseis *Qingdao* e o escolta *Taicang* partiram de Qingdao para circunavegar o planeta. Levaram mais de quatro meses para navegar um total de mais de 30 mil milhas náuticas. A Marinha chinesa concluiu diversas manobras conjuntas e efetuou diversas operações político-militares significativas. Em dezembro de 2006, o go-

verno de Pequim tornou público um documento sobre o futuro das Forças Armadas, em que foram sublinhados a importância da Marinha e o objetivo de alcançar o *blue status*, isto é, a capacidade de projeção de longa distância das próprias forças marítimas. Segundo alguns observadores, o objetivo final seria o de “resolver” a questão Taiwan, dissuadindo países, como os EUA, de intervir. De certeza há o objetivo de proteger as rotas através das quais a China assegura o próprio fornecimento energético – do Pacífico ao Índico até o Golfo de Aden – e escoar seu tráfego comercial de exportação, e também de adquirir superioridade em algumas áreas onde a soberania é contestada entre os diversos países, como, por exemplo, a área da Ilha de Spratley. No caso da China, combinam-se objetivos de origem global, como a aquisição gradual de um *status* de superpotência completa, e objetivos tradicionais, como a proteção das vias marítimas, que criam um disfarce sobre objetivos não declarados, mas possíveis. Na edição 2005 do Livro Branco do Ministério da Defesa, o governo japonês levantou interrogações que não agradaram aos chineses no tocante à potencialização naval. Tóquio pediu maior transparência à China para ilustrar os motivos dos crescentes exercícios de sua Marinha militar, mas, sobretudo, manifestou preocupação pelo desenvolvimento de uma Marinha militar chinesa de “alto-mar”. Prontamente, o Ministério do Exterior chinês classificou como “irresponsáveis e infundadas” as preocupações de Tóquio sobre a ameaça militar chinesa. Essa polêmica, diminuída gradativamente, é coerente com a oposição chinesa ao ingresso de Tóquio como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Índia também observa o mar, e não é de hoje. Ela domina o Índico, que praticamente a divide ao meio e, portanto, possui

potencialmente o controle do enorme tráfico marítimo entre o Índico e o Pacífico a leste, e o Atlântico a oeste. Em novembro de 2008, um navio de guerra indiano afundou uma “nave-mãe” pirata a 285 milhas a sudoeste de Salalah, Omã, demonstrando seriedade no ato. Recentemente, o governo indiano, baseado numa apurada análise da política para defesa estratégica, e graças ao bom andamento da economia, decidiu implantar um plano de modernização para os próximos dez anos, com particular atenção à Marinha militar. As ameaças potenciais são o Paquistão e a China; e até fazendo pressão, Nova Déli garante que as plataformas navais sejam mais propícias a sustentar a crescente potencialização deterrente nuclear. O plano prevê um aporte de 4,5 bilhões de dólares, que inclui uma rede de controle via satélite. O número de unidades da frota deverá aumentar, seja por meio de aquisições no exterior, seja graças a uma crescente produção nacional, voltada, porém, mais para a qualidade do que para a quantidade. Para 2012, está prevista a entrada em serviço de um segundo porta-aviões.

Finalmente, o Brasil dispõe da maior Marinha militar latino-americana e, orgulhosamente, de um porta-aviões, uma aviação naval e um importante Corpo de Fuzileiros Navais, com cerca de 15 mil homens. Gerido pela Marinha militar, há um projeto de 500 milhões de dólares que tem por objetivo produzir um sistema nacional de propulsão nuclear para os submarinos no curso dos próximos oito anos. Situado em uma área comparativamente mais tranquila, tendo renunciado à produção de armas nucleares, o Brasil chegou à hegemonia econômica na América meridional, onde faz valer o seu particular dinamismo, enquanto, do ponto de vista político, desenvolve uma ação de equilíbrio entre as pregações anti-americanas da Venezuela e o objetivo glo-

bal de acrescentar maior autonomia da América Latina em relação aos EUA.

## OS BRIC NO G8

A consagração do elenco dos Bric aconteceu no G8, em Áquila, entre 8 e 10 de julho passado. Rússia à parte, que já pertencia ao G8, a decisão de, num futuro próximo, esse vértice ser um G14 premia os outros países dos Bric, isto é, China, Índia e Brasil, que entram no grupo com o título de países com maiores responsabilidades econômicas.

A revolta na região de Xinjiang compeliu o Presidente chinês Hu Jintao a deixar a Itália antes do início dos trabalhos, mas a delegação de Pequim expressou as suas posições sobre dois pontos. O primeiro diz respeito ao clima, sob os aspectos da contaminação e do aquecimento, respeitando o cuidado em não deixar que a temperatura se eleve a mais de 2 graus, e a necessidade de reduzir a contaminação. Mas para os países em desenvolvimento e de rápido desenvolvimento, como a China, considerada sua condição energética (carvão) e o longo tempo de uma reconversão que não bloqueie e expansão econômica, as regras não podem ser restringidas, como querem alguns países ocidentais já desenvolvidos, que no passado contaminaram sem preocupação com o futuro.

A mensagem não é só econômica. Na sua profundidade, é política. Estes não são tempos de contraposições ideológicas com conteúdos polêmicos. Os tons são disfarçados, mas o que pretendem na verdade dizer os países em via de desenvolvimento é que os países ocidentais, sobretudo durante seus períodos de domínio sobre o resto do mundo, saquearam, desfrutaram e contaminaram; e, portanto, agora que começaram a modificar os próprios sistemas de produção e consumo, não podem, por

uma segunda vez, penalizar os outros, impondo suas regras tão severas. Esta análise é também uma reivindicação. Mas também é verdade que, 50/100 anos atrás, as previsões sobre os efeitos do intenso desenvolvimento industrial e urbano se fundamentavam em dados bem diferentes. Apesar do certo/errado que tem raízes no passado, hoje sabemos que alguma coisa significativa deve ser feita visando ao futuro, pois nenhum país se salvará sozinho. Com o Presidente Barack Obama, os EUA passaram definitivamente para o grupo dos países que querem ver sob controle as mudanças climáticas, sob uma nova “revolução” tecnológica. A China pede que lhe seja concedido acesso às novas tecnologias: caso contrário, se o mundo desenvolvido guardá-las para si, o *gap* se agravaria. Da primeira crise do petróleo, em 1973, o mundo desenvolvido saiu reforçado, porque deu um salto tecnológico, e a conta foi paga pelo terceiro mundo. Os países do Bric não querem que isso se repita, e buscam garantias.

O segundo ponto diz respeito às questões monetárias. Na reunião de 9 de julho, em Áquila, a China afirmou que quer uma reforma gradual do sistema econômico internacional, “para maior diversificação da moeda de referência”, ainda neste ano. Trata-se de uma posição política que coloca em discussão o papel do dólar. A China insiste na gradualidade, o que significa que agirá com prudência, mas quer que a realidade monetária internacional se mobilize nesta direção. São compreensíveis as resistências dos EUA, ainda mais que nesta linha de retirar do trono o dólar movem-se

países que sustentam atividades políticas antiamericanas, como Irã e Venezuela. É fato que em 1950 o PIB da China era 4,6% do PIB mundial. Em 2003, 15%. Vice-versa, o peso dos EUA diminuiu, no mesmo período, de 27% para 20%. Quanto à Índia, os valores passaram de 4% para 5,5%. Se, além disso, considerar-se a área do euro, o impulso na América Latina para uma moeda comum e o peso alcançado pelas finanças islâmicas, os discursos relativos a uma revisão do papel do dólar são sempre menos ideológicos e cada vez mais ligados à evolução dos fatos. E se para um país nos primeiros estágios do desenvolvimento pode ser cômodo uma moeda desvalorizada, que ajuda nas exportações, para um país amplamente integrado nas trocas comerciais, no qual contam também o fluxo das importações, é importante que se estabeleça o câmbio da própria moeda, e não consentir aos concorrentes gozar das vantagens competitivas.

A saída da crise financeira e econômica que explodiu no outono de 2008 torna prioritário restabelecer o crescimento e a confiança no sistema de crédito, mas os países do Bric não querem que a saída desta crise coincida com a reafirmação do dólar. Acreditamos, portanto, que nos próximos anos, salvo crises de outros gêneros, ligadas, por exemplo, à questão nuclear do Irã e da Coreia do Norte, ou os imprevistos sempre possíveis, o debate principal em escala mundial verterá sobre o sistema monetário, o que vem acontecendo desde 1944. E, neste tema, os países do Bric pretendem jogar unidos uma partida que, antes de ser econômica, é política.

#### 📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PODER MARÍTIMO>; Política marítima; Poder Nacional; Política internacional; Brasil; Rússia; Índia; China;